



**ARQUITETURA MODERNA EM ÁFRICA:  
ANGOLA E MOÇAMBIQUE**

“É, também, o papel que cabe a este livro – a divulgação dessas utopias que se transformaram em realidade, em territórios impensáveis mas que reuniram, num certo momento histórico europeu, condições para as acolher de braços abertos. Como dizia Perret “...admiração e emoção são reacções sem duração no tempo...””

Isabel Maria Martins

“Eis um dos grandes valores deste livro: o de nos sugerir desafios difíceis, o de nos elevar na discussão que a preservação das qualidades destacadas dos edifícios selecionados nos coloca.”

Júlio Carrilho and Luís Lage

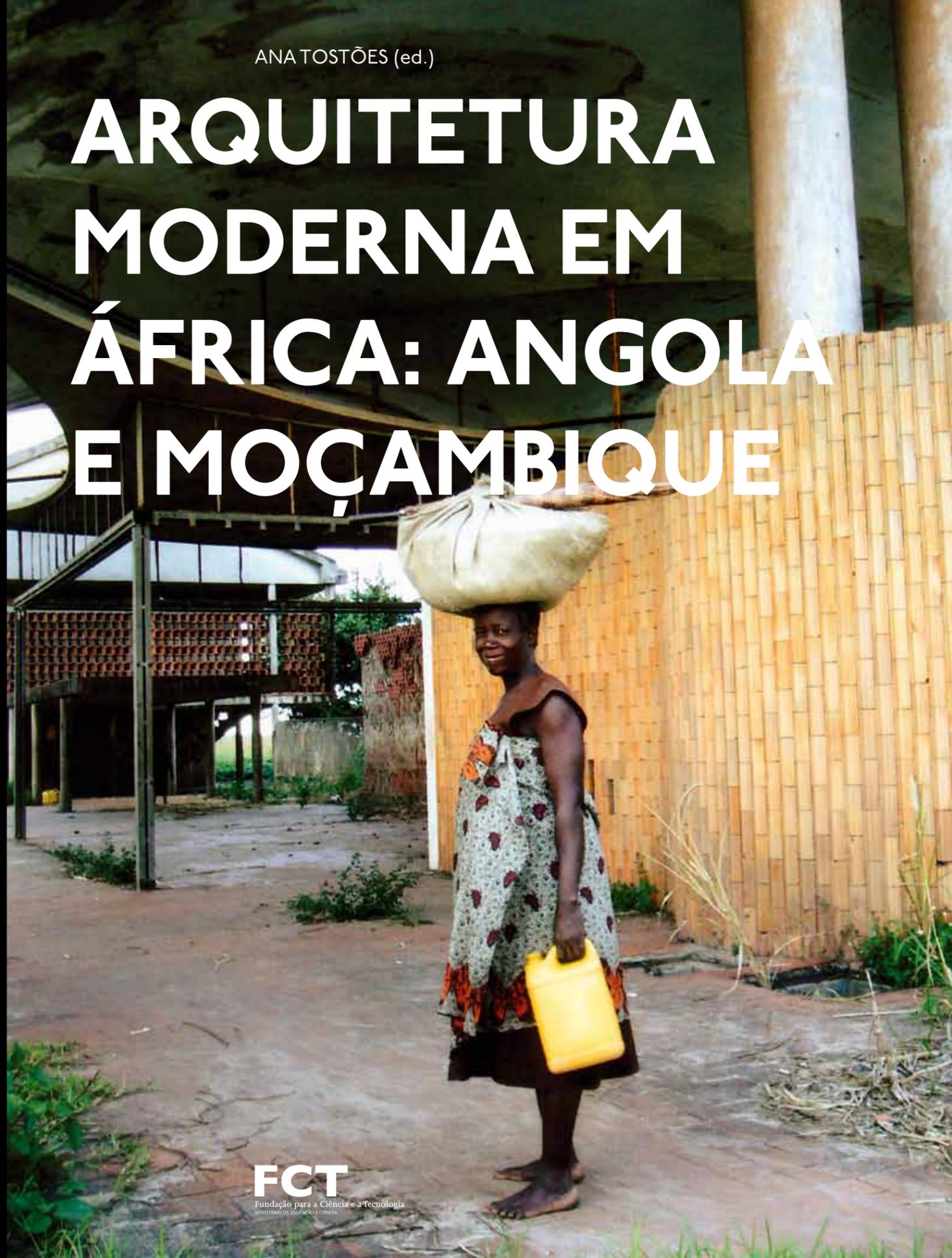
ISBN 978-989-658-239-5



9 789896 582395

ANA TOSTÕES (ed.)

**ARQUITETURA  
MODERNA EM  
ÁFRICA: ANGOLA  
E MOÇAMBIQUE**



**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Ministério da Educação e Ciência

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Ministério da Educação e Ciência

008

Prefácio  
Isabel Maria Martins  
Júlio Carrilho e Luís Lage

134

Edifício Universal  
Uma Unidade de  
Habitação Tropical  
Ana Magalhães

232

Paço Episcopal  
Um *Conventinho* Feito de Sombra e  
Brisa, Abóbadas e Claustros  
Ana Tostões  
Catarina Delgado

372

Sede do Grupo Empreposto  
Um Brutalismo Desassombrado  
Ana Tostões  
Francisco Seabra Ferreira

VISÕES CRUZADAS

INTRODUÇÃO

062

Visões Cruzadas  
Um Laboratório de Arquitectura  
entre Global e Local  
Ana Tostões

138

Cine-Esplanada Flamingo  
Vida Moderna nos Trópicos  
Ana Magalhães

196

Edifício Servidores do Estado  
Uma Versão da Lição *Corbusiana*  
Ana Tostões  
Jessica Bonito

328

Jardim Infantil Piramidal  
O Berço do “Américo-Egípcio”  
Ana Tostões  
Zara Ferreira

382

Fábrica “A Reguladora”  
Indústria e Simplicidade Formal  
João Vieira Caldas  
Francisco Seabra Ferreira

BIOGRAFIAS

014

O Desafio da Arquitectura  
Africana e o Teste do Tempo  
Modernidade em Angola  
e Moçambique  
Ana Tostões

206

Edifício Mutamba  
O Virtuosismo dos *Brise-Soleil*  
João Vieira Caldas

336

Palácio das Repartições  
em Moçambique  
Funcionalismo  
e Representatividade  
Elisário Miranda

438

Biografias  
Jessica Bonito  
Elisário Miranda



ANGOLA

144

Liceu do Lobito  
Aprender “ao ar livre”  
Ana Magalhães

254

O Conjunto Monteiro&Giro  
A Cidade e a Fábrica  
Ana Tostões  
Maria Manuel Oliveira

390

Escola Secundária da Polana  
Um Caso de Recuperação de um  
Edifício Moderno em Moçambique  
Vincenzo Riso

018

Operações de Redesenho  
Questões de Metodologia  
e Resultados  
Vincenzo Riso

212

Hospital Escolar  
Veterinário no Huambo  
Velho Brutalismo Africano  
Margarida Quintã

350

Escola Secundária Estrela Vermelha  
Um Paradigma da Arquitectura  
Escolar Moçambicana do  
Terceiro Quartel do Século XX  
Elisário Miranda

452

Bibliografia

150

Rádio Nacional de Angola  
A Herança de Le Corbusier  
nos Trópicos  
Ana Magalhães

274

Edifício TAP-Montepio  
Entre Lourenço Marques  
e Maputo  
Maria Manuel Oliveira  
Jessica Bonito

VIAGEM A ÁFRICA

124

Mercado Municipal do Kinaxixe  
Os Caminhos  
Sombreados do Sol  
Maria João Teles Grilo



MOÇAMBIQUE

356

Khovo Lar  
A Missão Suíça em Maputo  
João Vieira Caldas  
Francisco Seabra Ferreira

467

Índice de Abreviaturas

CRONOLOGIA

164

Unidade de Vizinhança Penda  
Luanda à luz da Carta de Atenas  
Ana Tostões  
Ana Braga

290

Edifício Tonelli  
A Prateleira Habitável  
Ana Tostões  
Ana Braga

400

Mapas

128

Edifício Cirilo&Irmão  
Os Anos 50 e o “Ciclo do Café”  
Ana Tostões  
Jessica Bonito

224

Edifício Prometheus  
“Stiloguedes”, a Bizarra  
e Fantástica Família  
Ana Tostões  
Jessica Bonito

366

Biblioteca de Quelimane  
Um Ícone da Cultura:  
*Béton Brut* em Versão  
*Climate-Responsive Design*  
Ana Tostões

468

Legendas Imagens  
Cronologia

026

Cronologia  
Ana Tostões  
Zara Ferreira

188

Laboratório de  
Engenharia de Angola  
Um *Campus* de Conhecimento  
Desenhado com o Clima  
Ana Tostões  
Ana Braga

308

Estação do Caminho  
de Ferro da Beira  
Apogeu e Crítica  
do Movimento Moderno  
em Moçambique  
Ana Magalhães  
Elisário Miranda

426

Workshop Internacional  
(re)Usar o Moderno  
Identificar  
Documentar  
Conservar  
Maria Manuel Oliveira  
Jessica Bonito

473

Índice Onomástico

ANA TOSTÕES (ed.)

# ARQUITETURA MODERNA EM ÁFRICA: ANGOLA E MOÇAMBIQUE

## AGRADECIMENTOS

### Às muitas entidades que contribuíram

Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian  
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa  
Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos  
Arquivo Histórico de Maputo  
Arquivo Histórico Ultramarino  
Câmara Municipal de Luanda  
Centro de Documentação de Urbanismo em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto  
Centro de Documentação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento  
Conselho de Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique  
Conselho Municipal de Maputo  
Conselho Municipal de Quelimane  
DOCOMOMO Internacional  
Embaixada de Portugal em Luanda  
Embaixada de Portugal em Maputo  
Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade José Eduardo dos Santos  
Fundação para a Ciência e Tecnologia  
Instituto Camões  
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana  
Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção (ICIST)  
Instituto de Investigação Científica Tropical  
Instituto Superior Técnico (Técnico, Lisboa)  
Ministério das Obras Públicas e Habitação de Moçambique  
Ordem dos Arquitetos  
Serviços Técnicos e Infraestruturas do Huambo  
Universidade Agostinho Neto  
Universidade do Minho  
Universidade Eduardo Mondlane  
Universidade José Eduardo dos Santos

### Às muitas pessoas que apoiaram

Alda Costa  
Alexandre Pomar  
Ana Canas  
Ana Paula Gordo  
Ana Paula Laborinho  
Ana Valente  
André Fontes  
Anselmo Cani  
Antoni Folkers  
António Albuquerque  
António Matos Veloso  
António Pinheiro  
António Ribeiro da Costa  
Aurélio Nogueira  
Beatriz Madureira  
Bernardino Ramalhete  
Brito António Soca  
Calunga Quissanga  
Carla Canhão  
Carlos Eduardo Comas  
Carolina Esteves  
Catarina Vaz Pinto  
Celsa Xemane  
Cidalina Duarte  
Cláudia Melo Sampaio  
Cristóvão Simões  
Eduardo Figueirinhas Correia  
Eduardo Inês  
Eduardo Naya Marques  
Fernando Maia  
Fernão Simões de Carvalho  
Francesco Bandarin  
Francisco Castro Rodrigues  
Francisco Ivo  
Francisco José de Castro  
Francisco Ribeiro Telles  
Graça Gonçalves Pereira  
Ibraimo Mussagy  
Idalio Juvane  
Ilídio do Amaral  
Inês Viegas  
Isabel Maria Martins  
Isabel Ribeiro  
Ivan Blasi  
Jane Flood

João Cepeda  
João Francisco  
João Navega  
João Pignatelli  
João Santos Vieira  
João Teles Grilo  
José Augusto Duarte  
José Belmont Pessoa  
José Borges  
José Cochofel  
José Forjaz  
José Luis Pinto da Cunha  
José Quintão  
Llonka Guedes  
Luciana Rocha  
Luís Lage  
Marcelo Moreno Ferreira  
Margarida Alho  
Maria da Glória Garizo do Carmo  
Maria José Oliveira  
Maria José Silva  
Maria Manuel Vila Nova  
Maria Manuela Fonte  
Maria Manuela Portugal  
Maria Teresa Monteiro  
Marília Gonçalves  
Mário Gonçalves  
Maristella Casciato  
Marília Gonçalves  
Mário Gonçalves  
Irénio  
Jójó  
Jorge  
Kuang Lee  
Lopes  
Macandza  
Macondo  
Malikito  
Manhiça  
Mauro  
Mércia  
Nélio  
Nelo  
Nhavene  
Nurdino  
Priscila  
Razin  
Réges  
Rosário  
Solange  
Tecuene  
Viola  
Yara  
Zandamela

### Aos alunos que participaram no Workshop Internacional “(re)Usar o Moderno. Identificar | Documentar | Conservar”, realizado em março de 2012, na FAPF-UEM, Maputo, Moçambique

Abel  
Ambre  
Ana  
Brito  
Carlos  
Bulande  
Caetano  
Carlos  
Chirindza  
Cláudio  
Dalte  
Djanine  
Edson  
Eduardo  
Ely  
Elias  
Eli  
Etevaldo  
Eurico  
Gabene  
Gizela  
Helena  
Hélio  
Irénio  
Jójó  
Jorge  
Kuang Lee  
Lopes  
Macandza  
Macondo  
Malikito  
Manhiça  
Mauro  
Mércia  
Nélio  
Nelo  
Nhavene  
Nurdino  
Priscila  
Razin  
Réges  
Rosário  
Solange  
Tecuene  
Viola  
Yara  
Zandamela

Livro publicado no âmbito do projeto de investigação: **EWV\_Visões Cruzadas dos Mundos: Arquitectura moderna na África Lusófona (1943-1974) vista através da experiência brasileira iniciada a partir dos anos 30** (Referência FCT: PTDC/AUR-AQI/103229/2008)  
**Ana Tostões – Investigadora Responsável (ICIST/Técnico, Lisboa)**

### Financiamento



### Instituição Proponente



### Instituições Participantes



### Com o apoio



do.co.mo.mo\_

### Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique Ana Tostões (ed.), 2013

Editor  
Ana Tostões

Prefácio  
Isabel Maria Martins  
Júlio Carrilho e Luís Lage

Textos  
Ana Tostões (AT)  
Vincenzo Riso (VR)  
João Vieira Caldas (JVC)  
Maria Manuel Oliveira (MMO)  
Elisário Miranda (EM)  
Ana Magalhães (AM)  
Maria João Teles Grilo (MJTG)  
Margarida Quintã (MQ)  
Jessica Bonito (JB)  
Zara Ferreira (ZF)  
Francisco Seabra Ferreira (FSF)  
Catarina Delgado (CD)  
Ana Maria Braga (AB)

Revisão de Texto  
Sandra Vaz Costa

Tradução  
Sandra Vaz Costa  
Isabel Arez

Redesenho  
Ana Maria Braga  
Catarina Delgado  
Francisco Seabra Ferreira  
Jessica Bonito  
Paulo Silva

Créditos Fotográficos  
Arquivo EWV: Ana Tostões, Vincenzo Riso, João Vieira Caldas, Maria Manuel Oliveira, Elisário Miranda, Ana Magalhães, Francisco Seabra Ferreira, Margarida Quintã, Catarina Delgado, Ana Maria Braga. Arquivo do Conselho Municipal de Maputo  
Arquivo do Conselho Municipal de Quelimane  
Arquivo do Ministério das Obras Públicas e Habitação de Moçambique  
Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos  
Arquivo Histórico de Maputo  
Arquivo Histórico Ultramarino  
Arquivo Fernão Simões de Carvalho  
Arquivo Luís Lage  
Centro de Documentação de Urbanismo em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: Arménio Teixeira  
Centro de Documentação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Ana Magalhães  
António Albuquerque  
Eduardo Figueirinhas Correia  
Elisário Miranda  
Ireneu Miguel  
Margarida Quintã

Nas legendas das imagens, a ordem da informação é a seguinte: nome do edifício ou objeto, arquivo a que pertence a fotografia, nome do fotógrafo, data da fotografia.

### ICIST, Técnico, Lisboa, 2013

Desenho Gráfico  
Ana Maria Braga

Proporção  
[3:4] – 20,2 x 27 cm

Tipos de Letra  
P22 Underground  
Tramuntana

### 1ª edição, Lisboa, 2013

ISBN  
978-989-658-239-5

Depósito Legal  
366779/13

Capa  
Arménio Losa e Cassiano Barbosa, Fábrica Monteiro&Giro, Quelimane, Moçambique, EWV, Ana Tostões, 2008

Contracapa  
Francisco Castro Rodrigues, Cine-Esplanada Flamingo, Lobito, Angola, Ana Magalhães, 2008

Site  
ewv.ist.utl.pt

As imagens selecionadas pertencem aos arquivos indicados e não podem ser reproduzidas a partir desta edição. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob qualquer forma sem a autorização expressa do editor e dos autores.

A editora enviou todos os esforços no sentido de obter as autorizações relativas à reprodução das fotografias apresentadas na obra. No caso de existirem ainda direitos legítimos, agradecemos que as entidades visadas contactem a editora.

© desta edição, ICIST/Técnico, Lisboa  
© dos textos, os autores  
© das imagens, os autores

# O EDIFÍCIO TAP-MONTEPIO

## Entre Lourenço Marques e Maputo

### Maputo, 1955

O prédio TAP-Montepio<sup>1</sup>, como continua a ser conhecido em Maputo, localiza-se na primeira expansão “desenhada” da Baixa da cidade, um plano da autoria do Major António José de Araújo realizado no final do século XIX (1887)<sup>2</sup>. Sensivelmente contemporâneo ao reconhecimento do crescente estatuto económico-administrativo e, conseqüentemente, urbano, da povoação de Lourenço Marques<sup>3</sup>, o Plano Araújo traduz uma racionalidade em que a ordem infraestrutural, mais vincada do que os imperativos de índole formal ou simbólica, se manteve expressa no subsequente desenvolvimento da cidade.

### A escala urbana

Vencendo o declive entre a cota ribeirinha e a cota alta que a cidade veio progressivamente conquistando ao longo do século XX, esta área foi objeto de uma forte sedimentação e qualificação urbana nas décadas de 30 e 40 que se viu intensificada, posteriormente, pelo Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1947-1955)<sup>4</sup>. A grelha destinada a serviços, edifícios oficiais, comércio e habitação coletiva ampliava o território da primitiva Baixa, contrapondo-se quer às zonas residenciais europeias que entretanto e sob a invocação da cidade-jardim adquiriam proeminência, quer ao “caniço”, destinado à população autóctone.

Afirmando a vocação dessa Baixa “expandida” enquanto centralidade inequívoca conseguida através da monumentalização do edificado e do espaço público, e defendendo o reforço da escala urbana das edificações que aí se deveriam instalar, este último estudo garantiu caminho à expressão *moderna* da cidade.

Propriedade do Montepio de Moçambique<sup>5</sup> e onde se encontrava alojada a sede da TAP<sup>6</sup>, o TAP-Montepio foi executado com projeto (1955-1960) da autoria de Alberto Soeiro, um arquiteto de formação lisboeta chegado a Lourenço Marques no início da década de 50<sup>7</sup>. Implantado no gaveto definido pelo cruzamento das avenidas Samora Machel<sup>8</sup> e Fernão de Magalhães, face à entrada do Jardim Tunduru<sup>9</sup>, ainda hoje um muito relevante parque urbano de Maputo,



Vista Urbana, EWV,  
Maria Manuel Oliveira, 2012



António José de Araújo,  
projeto de ampliação da  
cidade de Lourenço Marques,  
1887, AHM, D.I.34

o edifício desde logo se constituiu como uma obra de referência, representativa do vigor socioeconómico que eloquentemente se afirmava na cidade. Após a independência e no seguimento dos movimentos demográficos que se lhe sucederam, o prédio foi – à semelhança do que aconteceu na generalidade da “cidade de cimento” –, reocupado por população vinda sobretudo da periferia e por serviços do novo país, que vieram substituir os anteriores locatários.

### As escalas pública e coletiva

Também pelo facto de albergar duas poderosas estruturas empresariais, o TAP-Montepio investiu numa imagem que notoriamente se impôs no *skyline* da cidade, traduzindo o desígnio de representação simbólica da modernidade que despontava em Lourenço Marques.

Apresentando-se como o primeiro edifício multifuncional de grande escala a surgir naquele contexto<sup>10</sup>, a sua afirmação volumétrica era sublinhada por uma expressiva obra artística (1959) da autoria de Gustavo de Vasconcellos – um enorme painel cerâmico de composição abstrata e forte cromatismo que cobre a fachada sobre a Avenida Samora Machel – a qual, pela sua dimensão e natureza, de imediato transformou o edifício num ícone urbano.

Com treze pisos – quatro destinados a comércio e serviços e oito a habitação, encimados por um terraço que, embora de forma pouco perceptível, os procura rematar –, o edifício reconhece explicitamente a sua importância enquanto gaveto e assume-se, nessa condição, como um dispositivo gerador de espaço público.

Os andares iniciais definem um embasamento projetado horizontalmente, sobre o qual se instala, ao alto, o volume paralelepípedo; atribuindo-se um papel determinante na definição do cunhal<sup>11</sup> que constrói, esse pódio sobreleva-se, liberta o chão e transforma o passeio periférico em átrio.

Evidenciando um desenho que aparentemente responde à entrada semi-circular do Jardim Tunduru, localizada na margem fronteira da Avenida Samora Machel<sup>12</sup>, a solução revela uma intencionalidade espacial que ultrapassa o sentido imediato do próprio edifício, intensificando o contexto urbano com que, declaradamente, se compromete.

Utilizando um léxico formal específico – nomeadamente pela aplicação de uma densa grelha e extensos panos de *brise-soleil* verticais – este embasamento destaca-se do corpo principal dando origem a um “claustro moderno”<sup>13</sup>, sobre o qual se abrem lojas e escritórios. Plasticamente enfatizada, a estrutura que o suporta adjetiva o espaço público assim conformado<sup>14</sup>.

A cobertura deste volume é um enorme terraço, o grande momento de sociabilidade do edifício, que se relaciona com a cota da rua através da entrada principal e de uma escada em espiral aberta, monumentalizada. Ladeado por paredes decoradas com uma composição executada em pedra branca e negra, o átrio foi pretexto para renovada afirmação da complementaridade das artes, tão presente na arquitetura colonial contemporânea.

Atualmente o terraço encontra-se ocupado por um espúrio acrescento que, encerrando o topo da escada e privatizando aquela superfície, lhe retirou qualquer possibilidade de uso coletivo. Também a leitura do vão a céu aberto sobre



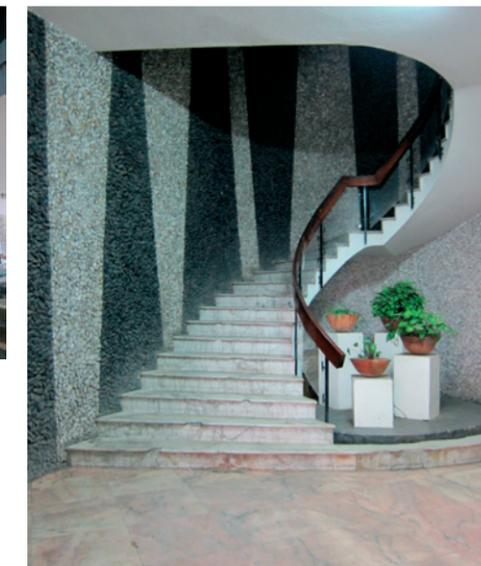
Fachada orientada sobre a Avenida Fernão de Magalhães, EWV, Maria Manuel Oliveira, 2010



Fachada voltada ao interior do quarteirão, EWV, Ana Tostões, 2010



“Claustro” público do piso térreo, EWV, Maria Manuel Oliveira, 2012



Escada principal, EWV, Ana Tostões, 2010

o “chão” público se encontra em causa, pois foi invadido por vários acrescentos e por uma coluna de escadas que retiram luz e nitidez às fachadas interiores deste claustro, aproximando-o de um saguão. Por seu turno, o relativo abandono e decadência das instalações situadas à cota da rua, associado ao facto de o espaço entre colunas ser agora ocupado por estacionamento automóvel, dificilmente permitem adivinhar o potencial urbano que, em estado latente, aí reside.

Outra das circunstâncias em que o edifício acolhe um espaço de carácter coletivo encontra-se no seu topo, onde a cobertura, para além de albergar os volumes emergentes das caixas de escadas e elevadores, foi utilizada para instalações de apoio à habitação<sup>15</sup>.

A circunstância de remate deste terraço é trabalhada através de uma pala curva que o percorre e que facultando sombra à zona de trabalho dos tanques, articula os dois volumes que o pontuam (em cujas paredes ainda se lê, esbatida, uma pintura cuja geometria remete para o tema da entrada principal). E, apesar da esplendorosa paisagem que daí se disfruta, este último piso não encontrou inspiração nas *Unité* a que em tantas outras ocasiões o edifício recorre: tal como na generalidade dos edifícios análogos em Maputo, o TAP-Montepio não entendeu a cobertura como um pretexto para o estar coletivo e lúdico, tendo-a antes restringido a uma mera superfície reservada a serviços domésticos.

O terceiro momento em que o projeto investe claramente no uso coletivo, encontrando uma solução forte e singular, relaciona-se com o sistema de acessos verticais e de distribuição horizontal. Complementando-se – e sedimentando a lógica que preside à estrutura espacial do edifício – os acessos verticais organizam-se em dois blocos que (embora ambos integrados no corpo em altura e, portanto, não expressivos do ponto de vista do recorte volumétrico) apresentam soluções sensivelmente contrastadas: o da entrada principal, já mencionado, situa-se na extensa frente sobre a rua refletindo-se, como negativo, na fachada do edifício; o de serviço, localizado na empena lateral, reduz a sua expressão ao mínimo, passando despercebido ao olhar casual.

Apesar de circunspeto, o primeiro materializa um evidente esforço de representação que se traduz na sua localização, escala, materiais empregues e, nomeadamente, num interessante embora discreto vinco do desenho na fachada do embasamento; neste bloco de acessos, que inclui dois elevadores de grande porte, as escadas apenas acedem ao piso do terraço originalmente coletivo – a partir desse nível apenas os (atualmente desativados) ascensores conduzem aos pisos superiores. Ocupando um módulo da métrica estrutural, origina uma interrupção na continuidade da fachada, interrupção essa que não sendo axial, busca antes o tipo de equilíbrio tão procurado pela composição *moderna*.

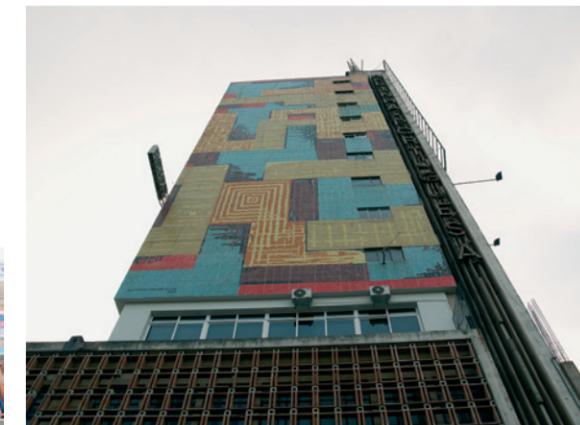
A caixa de acessos de serviço, constituída por um elevador e uma escada, reconhecendo embora a sua condição secundária, é uma peça bastante cuidada do ponto de vista do desenho. Revestida a marmorite, polido ou lavado – um material corrente nas construções desta época – é iluminada através de um longo vão protegido por lâminas que acentuam a verticalidade da fachada. Reforçando este sentido o vão acolhia, ainda, o também extenso anúncio em néon da companhia aérea portuguesa (do qual restam vestígios perfeitamente identificáveis),



Piso da cobertura: vista da área de serviços sob a pala curva, EWV, Maria Manuel Oliveira, 2012



Reentrância no embasamento que assinala a entrada principal do edifício, EWV, fotomontagem, Maria Manuel Oliveira, 2010



Fachada lateral sobre a Avenida Samora Machel, EWV, Elisiário Miranda, 2010

que acompanhava a empena em quase toda a sua altura, associando-se ao vibrante mural<sup>16</sup> que a reveste.

No edifício TAP-Montepio, a expressão horizontal das extensas frentes para a Avenida Fernão de Magalhães e para o interior do quarteirão, é reforçada pelas galerias de distribuição que, balançadas e espaçadas de três em três pisos, percorrem essas fachadas. Correspondendo, respetivamente, aos acessos principal e de serviço (conforme os códigos raciais da época, que decretavam acessos destinados a “europeus” distintos dos dedicados a “indígenas”), o arquiteto encontrou uma singular solução ao distribuí-los pelas duas fachadas, garantindo, em simultâneo, a sua articulação direta através de um relacionamento que não anula a circunscrição territorial de cada um. Este recurso, raramente utilizado em edifícios congêneres – que usualmente colocam as galerias na mesma frente e as inscrevem na volumetria geral –, permite não sobrecarregar nenhuma das fachadas com estas peças, utilizar desenhos diferenciados para ambas e, ainda, encontrar maior flexibilidade na localização dos respetivos acessos.

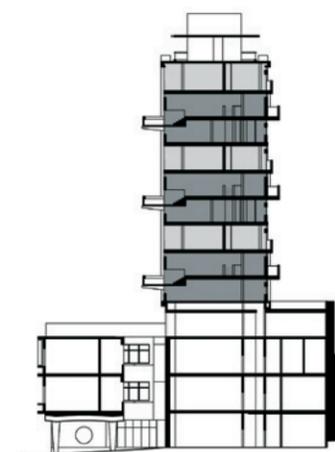
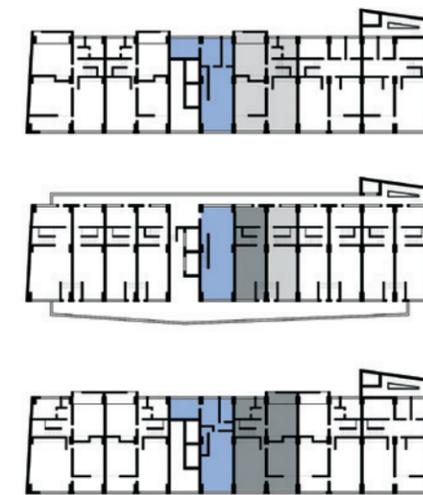
Assim, neste caso, se as galerias de serviço são estreitas e percorrem o edifício de topo a topo – apresentando-se como meros corredores de distribuição –, já as “principais” se pretendem como elementos representativos do ponto de vista não só funcional como formal<sup>17</sup>. Mais largas, acompanham a Avenida Fernão Magalhães e apresentam profundidade variável que adquire a sua máxima extensão frente ao patamar que recebe os elevadores. Esta profundidade permite que a sua leitura ultrapasse a da comum galeria de distribuição e possa ser interpretada como uma ampla varanda, coletiva<sup>18</sup>, a partir da qual se acede à habitação e sobre a qual esta se pode prolongar – obtendo, assim, um caráter em que o potencial uso como zona de estar exterior aberta sobre a cidade amplifica, muito significativamente, a sua função primordial.

### A escala doméstica

O corpo que aloja os apartamentos (um paralelepípedo com uma base de, aproximadamente, 53,00 × 12,00 m) é composto por 12 módulos que correspondem à estrutura portante e configuram a matriz organizadora do desenho do edifício.

Esta retícula acomoda (trinta) apartamentos duplex – que ocupam uma unidade no piso de entrada e duas no piso dos quartos – encaixados em “L” e, ainda, três triplex<sup>19</sup> sobrepostos, que resultam da eliminação de um dos módulos para dar lugar à caixa de elevadores.

O acesso aos apartamentos faz-se através da entrada de serviço ou da entrada principal, cada uma delas a partir das respetivas galerias. Entra-se na habitação à cota da “área social” – que contempla a cozinha e a sala comum<sup>20</sup>– subindo-se, ou descendo-se, para a zona de dormir, onde se localizam também as instalações sanitárias. Os três quartos, de substancial tamanho (parecendo, aliás, sobredimensionados em relação à sala comum<sup>21</sup>), são servidos por profundas varandas – numa interessante solução em que um desses balcões é partilhado por dois quartos –, que contribuem, de forma evidente para a caracterização diferenciada das duas fachadas, formando recessos de sombra na frente sobre a rua e dando origem a volumes projetados sobre a galeria de serviço, quando voltadas ao interior do quarteirão.



- Apartamento triplex
- Apartamento duplex (piso de acesso e -I)
- Apartamento duplex (piso de acesso e I)

Plantas dos apartamento duplex-tipo: piso -I, piso de acesso, piso +I, alçado virado à Avenida Fernão de Magalhães, perfil transversal, EWV, Jessica Bonito, 2013

A diferença de nível existente entre as galerias de distribuição “de serviço” e “principal” reflete-se nos apartamentos, concorrendo para a hierarquização do seu espaço interno ao originar um ressalto interior que de certa forma autonomiza a entrada principal, colocando-a a uma cota própria. Evitando recorrer à criação, mais comum, de um átrio encerrado – espaço esse que, nesta situação, retiraria demasiada área à sala e anularia a leitura ampla da frente do apartamento –, resulta também, a solução, num pé-direito variado que confere à espacialidade interna do fogo uma maior complexidade.

Esta circunstância favorece, ainda, a ventilação transversal, que se proporciona a vários níveis utilizando as diversas modalidades que o desenho das caixilharias permite (só à cota superior, junto ao teto, e pelo espaço central ou inferior da sala, percorrendo os corpos). Esta franca circulação do ar, associada ao sombreamento que decorre da projeção das galerias e da profundidade das varandas, mostra-se decisiva na resposta ao conforto ambiental das habitações<sup>22</sup>.

### O TAP-Montepio em Maputo

Atualmente o TAP-Montepio, plenamente ocupado, é um pequeno bairro em altura onde a vida ocorre, intensa.

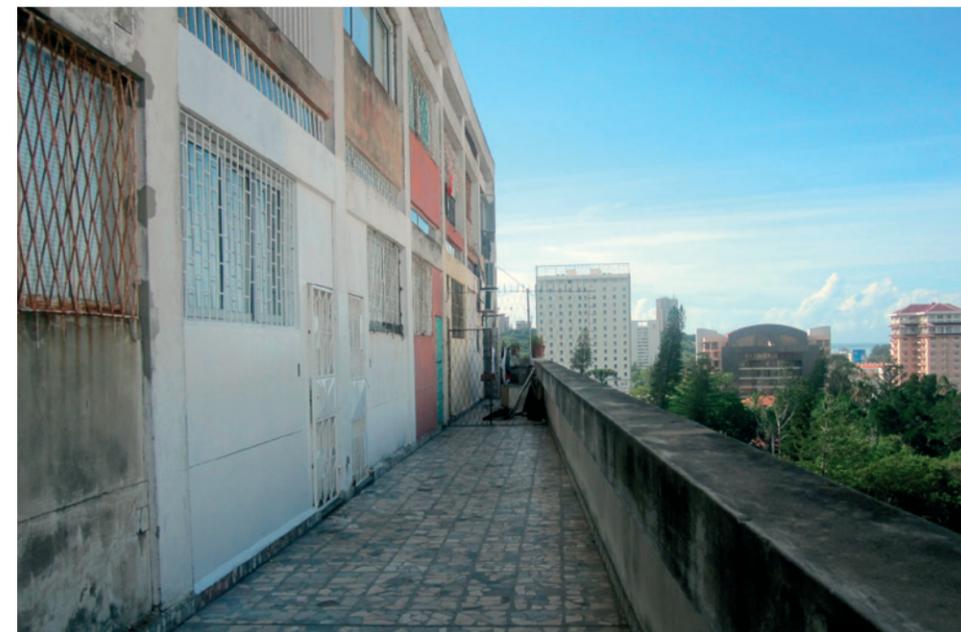
Excetuando aquela que se desenvolve a propósito das atividades instaladas nos quatro primeiros pisos, toda a circulação se processa pela escada de serviço e pelo elevador associado que, desafiando qualquer sentido de segurança, ainda funciona, servindo todos os pisos onde existem galerias. As escadas, que revelam o uso intensivo de que são objeto, surgem como uma rua vertical onde dezenas de pessoas se cruzam ao longo de todo o dia, na azáfama própria a um edifício habitado por, supõe-se, mais de centena e meia de habitantes.

Apresentando problemas físicos de ordem e gravidade diversa, verifica-se que maioritariamente resultam da degradação das infraestruturas coletivas, uma obsolescência que obrigou ao abandono de elevadores, a reparações desadequadas por ausência de conhecimentos ou de materiais próprios, à substituição de redes de abastecimento elétrico e a soluções de armazenamento de água – obras de uma forma geral conduzidas individualmente<sup>23</sup>, que ao implicarem rasgamentos em paredes e pavimentos se revelam intervenções com pesadas consequências para a integridade do edifício.

Porém, com a fragilidade própria a uma construção com cinquenta anos de história e reduzida manutenção, o prédio apresenta uma resiliência surpreendente, afinal comum a muitos edifícios *modernos* que, projetados com grande coerência e particular atenção às condições climáticas, manifestam uma notabilidade espacial e tectónica que lhes tem permitido sobreviver à vicissitude dos tempos.

E à medida que a Baixa se começa a reorganizar, a localização do edifício é vista como uma aliciante vantagem. Habitar no centro, até muito recentemente uma área decadente e abandonada, principia a adivinhar-se como uma interessante possibilidade da vida cidadina em Maputo.

Simultaneamente começa a ser apreciada a qualidade espacial e ambiental do TAP-Montepio, condição indispensável à hipótese de uma operação de reabilitação que devolva aos habitantes e à cidade o edifício na sua plenitude.



Vistas da galeria de serviço e da galeria principal, EWV, Maria Manuel Oliveira, 2012

Conhecê-lo, identificar as virtualidades que lhe são intrínsecas, admitir a importância de compatibilizar novas intervenções e arquitetura pré-existente, recuperar das mais sérias amputações que foi objeto e, ainda, considerar as exigências atuais indispensáveis a um edifício desta natureza, serão operações fundamentais à sua interpretação contemporânea. Recusando tentações fetichistas de fixação museológica, mas também a amnésia que anula os vínculos entre o presente e o passado e retira coerência à permanente transformação da cidade, talvez o prédio TAP-Montepio possa voltar a adquirir, no mais completo sentido, o estatuto de referência urbana na admirável capital moçambicana.

- MMO, JB

**1**  
O edifício TAP-Montepio foi objeto de estudo do Workshop Internacional (re)Usar o Moderno. Identificar | Documentar | Conservar, realizado no contexto do projeto EWV de 26 a 30 de março de 2012, na FAPFUEM. Muita da informação presente neste artigo – sendo conhecida apenas uma reduzida parte dos desenhos do projeto e não tendo sido encontrada a sua memória descritiva – não seria viável sem o contributo do trabalho desenvolvido no âmbito desse workshop.

**2**  
São conhecidos dois planos anteriores, de 1778, que não foram executados in José Mattoso (coord.), *África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico. Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, 554.

**3**  
Em apenas três décadas, fruto da sua vocação portuária articulada com as ligações rodo e ferroviária à região do Transvaal, onde se exploravam importantes minas de ouro, a povoação costeira de Lourenço Marques viu-se elevada, sucessivamente, a vila (1876), a cidade (1987) e a capital da província (1898).

**4**  
Da autoria do arquiteto João António de Aguiar que, enquanto responsável pelo Gabinete de Urbanização Colonial, se deslocou a Moçambique para, aí, conduzir este desenho in João Morais, Luís Lage, Joana Malheiro, *Património Arquitectónico. Maputo, Casal de Cambra, Caleidoscópio*, 2012, 118. Ver Ana Tostões, “Visões Cruzadas: um Laboratório de Arquitetura entre Global e Local”, 62-121.

**5**  
O Montepio de Moçambique, uma associação de socorros mútuos criada em 1939, promovia, entre outras atividades e conforme os seus Estatutos, a construção de prédios destinados a venda aos seus sócios (in [http://www.aemo.org/Estatutos\\_Montepio\\_Mocambique.pdf](http://www.aemo.org/Estatutos_Montepio_Mocambique.pdf). [2013.03.10])

**6**  
Em 1946 a TAP inaugurava a “Linha Aérea Imperial” (Lisboa-Luanda-Lourenço Marques) com 12 escalas e 15 dias de duração (ida e volta) in <http://www.tapportugal.com/Info/pt/Frota-Historia/Historia> [2013.03.07]). A TAP, à semelhança das companhias aéreas congêneres, apostava de forma evidente numa imagem de modernidade que transmitia, nomeadamente através da sua propaganda. Entre outros, o arquiteto Eduardo Anahory desenhou, nos anos 50, um dos cartazes promocionais da empresa (in <http://retrovisor.blogs.sapo.pt/77722.html> [2013.03.07]).

**7**  
Sobre a biografia de Alberto Soeiro, consultar capítulo Biografias.

**8**  
A Avenida Samora Machel, um eixo que liga a Praça 25 de Junho à Praça da Independência, onde é rematado pelo edifício do Conselho Municipal (Carlos Santos, 1937-1947), constitui uma referência urbana central da Baixa de Maputo, tanto do ponto de vista do desenho urbano como de significado institucional. Corroborando esse sentido, encontramos nas suas margens e proximidades alguns dos edifícios “históricos” mais significativos da

cidade, entre os quais a catedral, inaugurada em 1944 e projetada pelo engenheiro Marcial Freitas e Costa, diretor dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. Significado que continuou a evidenciar-se no período pós independência, tendo sido edificado o monumento a Samora Machel (1989), face à entrada do Jardim Tunduru. Ainda recentemente (2006) foi lançado pelo Conselho Municipal um concurso para a requalificação urbana da Praça de Independência (cujo vencedor foi o arquiteto José Forjaz).

**9**  
O Jardim Tunduru, criado pela Sociedade de Horticultura e Floresta a partir de 1885, foi – exatamente devido à importância que já então detinha –, assumido pelo Plano Araújo como uma pré-existência a integrar cf. João Morais, Luís Lage, op. cit., 28, facto que explica a exceção do alinhamento da rua, que não segue a matriz ortogonal regente do desenho do plano.

**10**  
O TAP-Montepio é contemporâneo do edifício Tonelli (1954-58), um bloco multifamiliar com onze pisos, da autoria de Pancho Guedes, construído do lado oposto do Jardim Tunduru. No entanto, pela sua natureza funcional e de relacionamento com a cidade, o Tonelli (ver Ana Tostões, Ana Braga, “O Edifício Tonelli, A Prateleira Habitável”, 290-307), também ele um exercício exemplar sobre habitação coletiva, não possui a ambição urbana do TAP-Montepio.

**11**  
Dando continuidade, conforme estudos já desenvolvidos por Luís Lage e Júlio Carrilho, a uma longa tradição do desenho urbano maputense que dispensa particular atenção à solução arquitetónica em circunstâncias de gaveto.

**12**  
A entrada do Jardim Tunduru, nobilitada por um arco “manuelino” da década de 20, remata o longo enfiamento da Avenida Fernão de Magalhães (sobre a qual se desenvolve a frente do TAP-Montepio), numa solução definida pelo Plano Araújo.

**13**  
Esta composição – embasamento com vão no centro adossado ao corpo vertical e a cobertura em torno do pátio concebida como um grande terraço de uso coletivo –, parece reinterpretar, ressaltadas as óbvias diferenças de escala e linguagem, o Lever House, em Nova Iorque (Gordon Bunshaft, SOM, 1951-1952).

**14**  
Reconhecendo o valor retórico daquele espaço, os pilares encontram-se agora decorados (em obra assinada por V. M. e L. Guibobo, de junho de 1975) com motivos moçambicanos que representam símbolos nacionais – como a enxada, o caju e a estrela – alguns deles integrados na bandeira de Moçambique. A sua datação e temas permitem supor que terá feito parte da ornamentação que acolheu os festejos do Dia da Independência (25.06.1975) celebrados por Samora Machel.

**15**  
Permanecem ainda neste terraço, embora já fora de uso, séries de tanques instalados em espaços circunscritos por muretes que definem áreas de serviço atribuídas aos apartamentos.

**16**  
De uma forma muito hábil o desenho deste painel integra, tentando camuflá-los, vãos correspondentes a compartimentos habitáveis dos apartamentos do topo do edifício que não conseguiriam luz natural a não ser através desta fachada.

**17**  
As galerias articulam-se na zona do patamar para onde se abrem os elevadores, através de alguns degraus que resolvem um desnível não muito pronunciado (com cerca de 80.00 cm); a sua diferença de cota marca, também simbolicamente, a separação entre as áreas de serviço e formal.

**18**  
O facto de estas galerias apresentarem a forma de um extenso pentágono irregular e não se prolongarem até aos limites do edifício acentua, nitidamente, o seu entendimento como um espaço “varanda” – que convida à permanência. Hoje em dia, em que o acesso às habitações se faz exclusivamente através da galeria de serviços (pelo bloqueamento da escada principal e não funcionamento dos elevadores a ela associados), estas “varandas” encontram-se segmentadas por gradeamentos que encerram o espaço correspondente aos apartamentos confrontantes.

**19**  
Hoje em dia os apartamentos triplex – aos quais se acede lateralmente pelo piso intermédio, a porta abrindo-se sobre a zona de ligação entre ambas as galerias – encontram-se sob utilização de serviços administrativos que alteraram substancialmente o seu interior. Estas intervenções parecem, no entanto, não ter comprometido de forma irremediável a estrutura espacial do fogo e mantiveram, nomeadamente, uma bastante interessante escada de tiro transparente que liga os três pisos.

**20**  
Existe ainda uma pequena zona de trabalho ligeiramente sobrelevada em relação ao pavimento, que se situa no piso de entrada quando os quartos estão no nível inferior ou no piso superior (numa curiosa solução sobre o primeiro lanço das escadas) nos apartamentos em que a zona de dormir aí se situa.

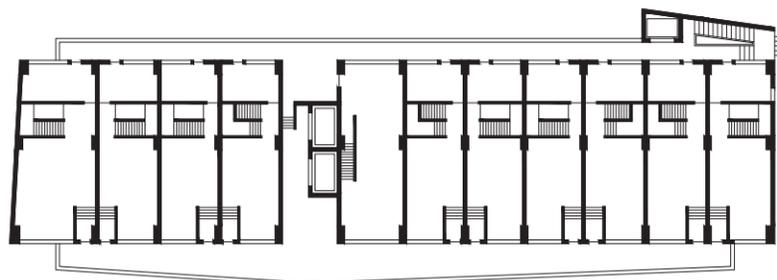
**21**  
Uma desproporção que sendo aqui óbvia é muito frequente em soluções de habitação duplex que recorrem à opção de separar totalmente as áreas ditas “intima” e “social”, localizando esta última no piso que apenas dispõe de um módulo.

**22**  
Aliás, muitos dos edifícios construídos neste período poderão, ainda, proporcionar importantes conhecimentos do ponto de vista de adaptação ao clima, aspetos pouco tidos em linha de conta por grande parte da arquitetura recente que, indiferente à sua circunstância, se revela absolutamente inadequada em termos construtivos (recorrendo, nomeadamente, a sistemas de controlo ambiental puramente mecânicos, com soluções tecnológicas dispendiosas e de uma manutenção futura que se sabe, já, incomportável).

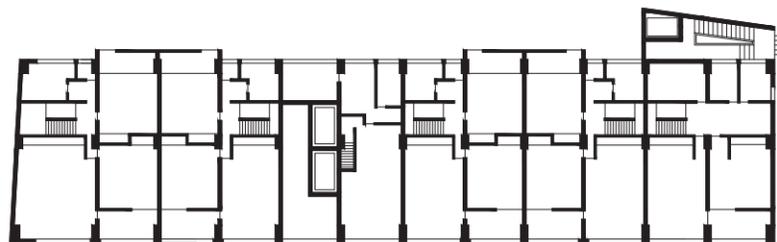
**23**  
Estas obras foram acompanhadas pela colocação de gradeamentos nos vãos e nos acessos, aparelhos de ar condicionado, substituição de caixilharias, etc., uma série de intervenções avulsas que conferem ao TAP-Montepio uma imagem bastante deteriorada.



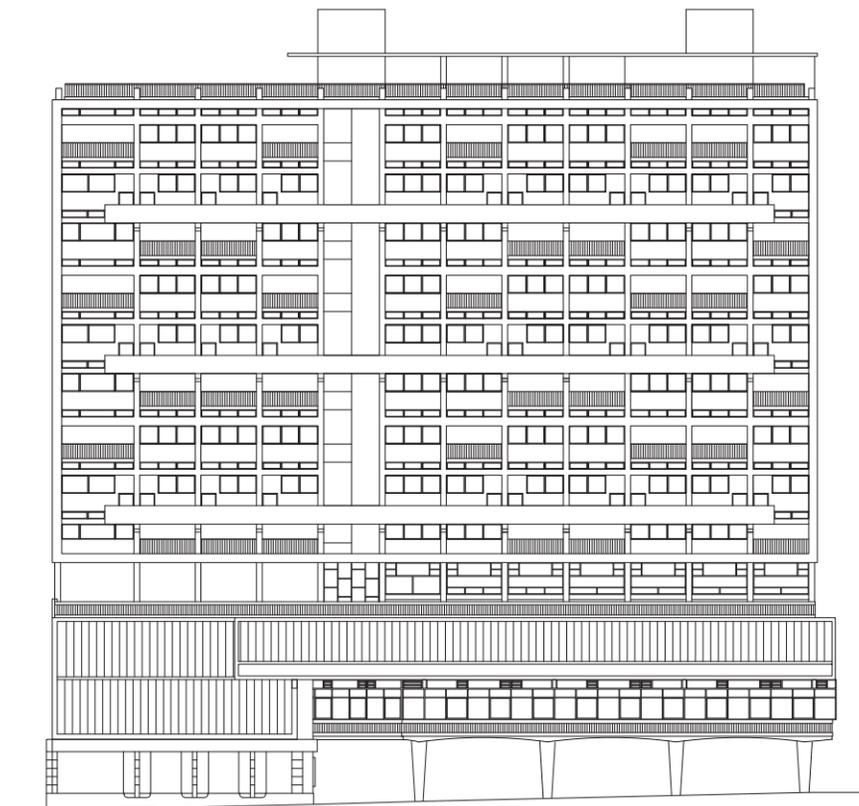
PLANTA DOS PISOS 7, 10, 13



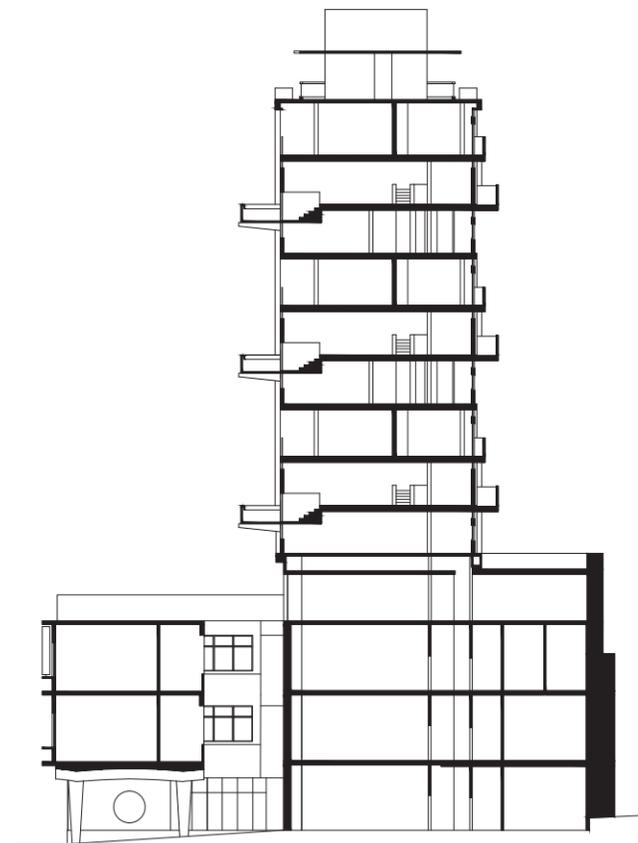
PLANTA DOS PISOS 6, 9, 12



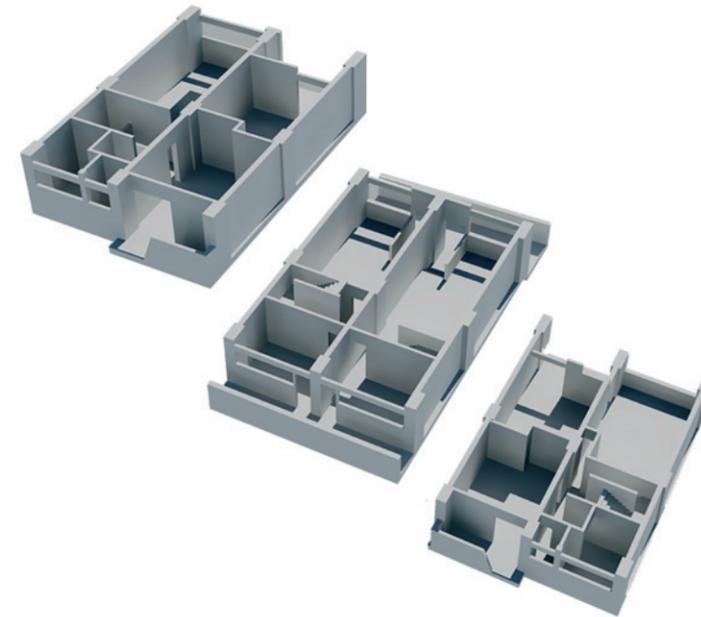
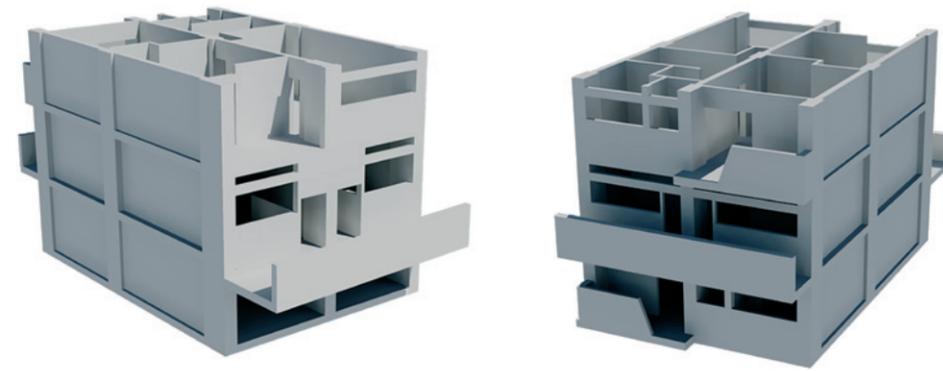
PLANTA DOS PISOS 5, 8, 11



ALÇADO SUDOESTE



CORTE TRANSVERSAL



AXONOMETRIA